

PATERNALISMO E ESCRAVIDÃO: ABORDAGEM DAS RELAÇÕES DE FAVOR E A NATURALIZAÇÃO DA ESCRAVIDÃO EM OBRAS DE MACHADO DE ASSIS

Leonardo da Silva Palmeira *¹

RESUMO: O presente trabalho busca fazer uma análise sobre as relações de favor e a forma como a escravidão foi abordada em três obras de Machado de Assis no contexto do fim do séc. XIX. Porém, a leitura do processo escravocrata que se propõe neste artigo será feita sob a ótica do processo de naturalização dessa injustiça social. Para tanto, as obras que serão abordadas são o romance “Iaiá Garcia”, os contos “O Caso da Vara” e o “Pai Contra a Mãe”. Essa análise tentará dimensionar a influência do paternalismo na sociedade brasileira da época e como este colaborou para o processo de naturalização da escravidão.

Palavras-chave: Paternalismo; escravidão; naturalização; racismo; favorecimento.

ABSTRACT: The present work seeks to analyze the relations of favor and the way slavery was approached in three works by Machado de Assis in the context of the end of the century. XIX. However, the reading of the enslaved process that is proposed in this article will be made from the perspective of the naturalization process of this social injustice. For that, the works that will be approached are the novel "Iaiá Garcia", the short stories "The Case of the Rod" and the "Father Against the Mother". This analysis will try to assess the influence of paternalism in the Brazilian society of the time and how it collaborated in the process of naturalization of slavery.

Key – words: Paternalism; slavery; naturalization; racism; favoring.

O presente artigo pretende dar luz ao processo de paternalismo e de naturalização da escravidão, partindo de algumas personagens Machadianas. A primeira narrativa a ser abordada será o romance Iaiá Garcia. Para tanto é necessário fazer um breve relato sobre a temática trabalhada nessa obra. Nesse romance, que para muitos marcou a transição da fase romântica de Assis para a sua fase realista, o tema principal da narrativa é a relação de favores e o poder de manipulação das pessoas a partir dessas relações. Roberto Schwarz, em seu livro *Ao Vencedor as Batatas*, identifica nesse romance a elaboração realista da nossa ordem social, sendo que do lado dos *Dependentes* é a *Escada Social* que passa pela submissão total e inocente, vizinha da escravidão e da devoção religiosa, pela submissão sem dignidade do oportunista, chegando à submissão contrariada das pessoas que se prezam e vai até a ruptura do vínculo de dependência através do trabalho assalariado. Nem sempre a dependência é

¹ *Aluno de Graduação em Letras Português e respectiva Literatura pela Universidade de Brasília – UnB Matrícula: 110034163, orientado pela prof. Dra. Deane Maria Fonseca de Castro e Costa, professora de Literatura Brasileira na Universidade de Brasília.

indigna e nem sempre a independência é feliz. Já do lado dos poderosos a virtude é muito pouca, no entanto, uns aparentam ter mais que os outros.

Nesse sentido, Estela é uma personagem identificada como dependente, pois é agregada da família da Senhora Valéria Gomes, viúva do desembargador Gomes e que também dá aulas de piano. Estela, apesar de agregada, não cede ao cerco de Jorge, filho de Valéria sua madrinha, chegando a afrontar o jovem afortunado com tamanha frieza e desdém pelo interesse dele. Porém, ela se comportou assim por escolha própria com a intenção de evitar a humilhação social. Mesmo após a morte do marido, ela prefere se tornar professora assalariada no interior de São Paulo do que ficar subordinada aos cuidados de Jorge, contrariando o desejo do seu marido, sendo isto uma forma de humilhação na perspectiva de Schwarz.

A mãe do jovem percebendo o interesse do filho pela sua afilhada e querendo preservar o nível social de sua família, pois um possível envolvimento entre os dois alteraria uma tradição familiar, resolve utilizar das relações paternas para evitar essa história de amor. Esse preconceito social é abordado, em parte, no livro “A Razão Cética – Machado de Assis e as questões do seu tempo”, de Katia Muricy, no qual um dos capítulos “Cenas de Casamento” (MURICY, 1988, p. 65) a autora lembra a ótica social da época que era guiada pela moral da família, sendo que esta também tinha a função de ordenador social, pois a manutenção da estrutura patriarcal não provocaria declínio político e nem econômico. Kátia relaciona essa postura com a política higienista da época, mas isso não afasta as motivações preconceituosas e sim as reforçam. Logo, ao observarmos as estruturas sociais da época, fica fácil de identificar que esse hábito não era uma particularidade de algumas personagens de Assis, mas que o comportamento de suas personagens representava, em certa medida, o padrão social da época.

Percebe-se com isso que o processo de naturalização do racismo está presente em nosso País há muito tempo. Essa crença de superioridade foi compartilhada socialmente na forma de ideias dominantes que passaram a determinar a vida das pessoas gerando comportamentos continuados. A nossa literatura do final do séc. XIX e início do séc. XX fez poucas reflexões sobre o assunto. Nesse sentido, a exceção literária mais extraordinária foi Machado de Assis, pois, através do comportamento das suas personagens, ele fez críticas ao comportamento da elite da época. Usando da ironia e de um tom pacífico, suas narrativas permitem uma dupla leitura, ou seja, uma leitura que, ao mesmo tempo, não contrariava o seu público da época e outra mais reflexiva sobre os preconceitos e padrões sociais da burguesia.

Desta forma, Estela, apesar de apaixonada, foi impedida de se relacionar com Jorge por conta dessa hierarquia moral que separa as pessoas por classes. O processo pode ser invisível, mas as suas consequências são muito nítidas, pois, através daquele, os agregados foram mantidos em contínua dependência. Não tinham acesso aos bens de consumo culturais e na maioria das vezes não podiam decidir sobre o seu destino. Nota-se que o pensamento da população foi trabalhado para esse fim, porque, além do racismo fenotípico, houve uma segregação cultural que rebaixava os dependentes no âmbito intelectual, como incapazes, e no campo da moral como impuros.

A afilhada de Valéria, dentro da escada social, passou pela submissão contrariada às pessoas que se prezam indo até a ruptura do vínculo de dependência através do trabalho assalariado. Estela com a morte do marido passa a ser independente, mas deixou de viver o grande amor da sua vida e foi trabalhar como professora assalariada no interior de São Paulo longe das pessoas das quais gostava, sendo esta uma forma de rebaixamento. A trajetória dela deixa clara as adversidades decorrentes da escada social. A humilhação das humilhações não está nas relações de dependência enquanto um fato, mas nas ilusões que a acompanham. Ou seja, estas deixam a impressão de que a relação de dependência não existe, quando na verdade o dependente está sendo manipulado. Estela não é bajuladora e vive um conjunto de normas rígidas abrindo mão dos seus desejos pessoais. Não cede às ilusões e não quer correr o risco de ser humilhada socialmente por conta dessas ilusões. Nem mesmo quando é ameaçada por Jorge ela se deixa ceder às ameaças e nem às ilusões. Um dos pontos a ser destacado é que o enfoque principal de toda a narrativa está no comportamento dessa agregada, apesar do título da obra levar o nome de outra personagem, Iaiá Garcia, que é filha de Luís Garcia, sendo este um funcionário público e que mantém relações de amizade com a família do desembargador Gomes. Esse enfoque deixa clara a intenção de Machado colocar a perspectiva de vida do dependente para os leitores.

Continuando a analisar as relações de favor, agora a abordagem concentra a atenção na personagem de Raimundo, este é um criado alforriado pelo próprio dono, mas que não consegue ficar independente. Uma espécie de mordomo inglês. Mas ele também é mais uma vítima das relações paternalistas presente na obra de Assis, pois como a maioria dos escravos que foram alforriados, ele também não tinha para onde ir e nem onde trabalhar. O seu ex-dono, Luís Garcia, teve a bondade de alforriá-lo justificando essa benesse pelo fato de ter grande apreço pelo seu escravo, chegando ao ponto de considerá-lo um amigo e como uma pessoa da família. Porém, essa relação de serviços entre eles não acaba, porque o agora

agregado continua a trabalhar para o Senhor Garcia e, como não tem onde morar/trabalhar, acaba atendendo o seu “amigo” sem receber nenhuma remuneração em contrapartida. O escravo que virou mordomo desde muito novo começou a trabalhar para o funcionário público, sendo que este tem como princípio de vida não prestar e nem dever obséquios a ninguém, porém, dentro do enredo do romance, ele acaba se envolvendo em algumas relações de favor.

Isso diz muito se considerarmos o contexto da época em que essa narrativa foi criada. Seguindo essa linha de análise, Sidney Chalhoub marca, em *Iaiá Garcia*, a única data anotada com precisão por Machado no decorrer da obra, que é setembro de 1871 (CHALHOUB, 2003, p. 109). Nessa época, mais precisamente em 28 de setembro de 1871, foi aprovada a lei do ventre livre, que, em síntese, definia como livres os filhos de mulher escrava nascidos a partir da publicação daquela norma e também requeria outras providências para os filhos menores nascidos antes da nova regra.

Dessa forma, o ato de Luis Garcia alforriar seu escravo Raimundo não pode ser interpretado como um ato de generosidade ou de compaixão, pois Garcia já percebia a decadência do regime escravocrata. Soma-se a isso, o princípio norteador da vida do chefe, que era não dever favores. Logo a relação entre Garcia e Raimundo é comandada pelo arbitrário do protetor, enquanto a dimensão ideológica reflete e valoriza o ponto de vista do dependente, pois este, além de ter grande carinho pelo chefe, tinha um amor sem tamanho pela sua filha Iaiá, a qual viu crescer e ajudou a criar após a morte prematura da mãe da garota. O considerado “amigo” e escravo alforriado acaba cedendo à ilusão, inicialmente, por estar escravizado e depois por estar numa situação de submissão total/inocente, porque acredita que o seu Senhor o respeita, mas este não lhe dá opções de sair da dependência e constrói no pensamento do dependente a ideia de que está prestando-lhe um favor. Considerando que Raimundo é o único escravo do romance, não é por coincidência que ele está nos degraus mais baixos da escada social. Assis, nessa narrativa, apresenta o comportamento da sociedade da época em relação à situação dos escravos alforriados. Porém, o momento que deixa claro o pensamento de Luis Garcia em relação ao mordomo ressurgue quando aquele, nos últimos suspiros de vida, inclui Raimundo no seu testamento como um dos seus bens semoventes. Essa atitude desfaz toda a impressão de apreço que Garcia tentou passar para o seu cativo.

O sociólogo, Jessé Souza, faz uma análise das consequências da escravidão/racismo em seu livro “A Elite do Atraso”. Para ele, a naturalização do racismo, para ser bem sucedida, precisa efetivar a escravização do indivíduo no seu espírito e não apenas no seu corpo.

“Colonizar o espírito e as ideias de alguém é o primeiro passo para controlar seu corpo e o seu bolso” (SOUZA, 2017, p. 19).

Nessa linha, a ideia dominante da época era a de que os dependentes deveriam servir aos interesses dos dominadores. Para isso essa ideia foi forjada, pois quem deseja dominar precisa se apropriar da produção de ideias para poder justificar suas ações sem demonstrar os seus interesses.

Outra personagem da narrativa que é afetada pelas relações de favor é o Senhor Procópio Dias, apesar de ser o vilão da trama, este se dá bem com todo mundo. Essa boa relação é vista como um sinal de normalização entre o paternalismo e o interesse material. Dias surge na trama com o episódio da Guerra do Paraguai, ele é um mercador que consegue triplicar seu patrimônio dentro do horror de um conflito bélico, logo percebe-se o interesse comercial dele para se aproveitar das situações de vulnerabilidades geradas na guerra, ou seja, o importante é lucrar a qualquer preço. Procópio é um homem de posses, entretanto já chegou aos 50 anos, não tem família e tem interesse em se casar com uma mulher jovem, no caso a menina Iaiá Garcia. Nesse sentido, a abordagem dessa personagem irá se concentrar no fato de Dias tentar seduzir Iaiá com a promessa de satisfazer a todos os seus caprichos de uma vida de luxo. Ele tinha convicção de que isso iria forçá-la a aceitar o casamento, em detrimento de seguir os impulsos do jovem coração.

Considerando a idade avançada do mercador, volta-se novamente para a análise de Muricy (MURICY, 1988, p. 67), onde a autora coloca os problemas higiênicos e morais que comprometem o padrão de vida do homem libertino (homem casado, mas que se rende a outras mulheres sem cerimônia) e do celibatário (homem mais velho que não é casado e que mantém um comportamento de promiscuidade até alcançar idade mais avançada), sendo que o celibatário era considerado uma versão pior que a do libertino, pois a vida no celibato permitia os mesmos prazeres da libertinagem com um agravante moral, este ainda não havia constituído uma família.

Observando o mercador sob a ótica da moral, ele é colocado como uma espécie diferente da que existe dentro da sociedade, pois as relações sociais do fim do séc. XIX se

davam muito entre famílias, o que Procópio não tinha. Nessas relações, o paternalismo está presente em toda parte, tanto no centro dos conflitos como nas figuras periféricas. Ele não se restringe ao limite de uma família e dá origem à Parentela. Sendo esta considerada uma rede de pessoas próximas ligadas pelas relações de dependência e de favorecimento. A normalização entre as relações paternalistas e os interesses materiais está presente nas personagens do romance de Machado, conforme aponta Schwarz. Portanto, o pensamento de Schwarz e o de Muricy se complementam, pois esta aponta que o celibatário quando decide se casar já está velho, logo tenta o enlace amoroso baseado no favor financeiro prestado à família da jovem cobiçada. Nesse caso, casamento seria um reforço das relações paternalistas.

A partir desse ponto, a análise irá se concentrar nas personagens do conto “O caso da vara”, contudo, um breve relato sobre essa narrativa é necessário. Esse conto apresenta a angústia de um jovem que é obrigado pelo pai a ir para um seminário. Damião resolve fugir do seminário, mas como é dependente do pai e não tem para onde ir, resolve procurar aliados que possam ajudá-lo na difícil tarefa de convencer o seu genitor de que a vida de clérigo não combina com ele. A partir daí, a trama do conto se desenrola, entretanto, essa narrativa tem dois pontos que chamam muita atenção, que são as relações de favores entre os poderosos e a falta de opção dos que estão à margem da sociedade, no caso a escrava Lucrecia. Portanto, a leitura desses dois pontos de vista irá se concentrar na perspectiva do jovem abastado e na da menina escrava. Importante frisar que essas duas personagens foram moldadas já na segunda fase da obra Machadiana

Nesse sentido, é caro lembrar que o conto *O Caso da Vara*, apesar de ter sido publicado em 1891, três anos após a abolição da escravidão no Brasil, trás uma análise machadiana, sendo que esta está marcada dentro da narrativa por uma referência de tempo anterior a 1850. Com isso Machado mostra a intenção de abordar o problema da escravidão, em um cenário nacional, quatro décadas antes da abolição e, mesmo após a princesa Isabel abolir o regime escravocrata, o autor coloca a sua crítica de forma muito velada, porque a sociedade da época, tanto os senhores como os escravos alforriados, ainda estava aprendendo a lidar com essa nova realidade. Assis mostra que é um homem a frente do seu tempo quando escreve, em 1873, o artigo “*Notícia da atual literatura brasileira. Instinto de Nacionalidade*”, pois nesse texto ele já visualiza a dificuldade da literatura nacional em lidar com as questões do seu tempo, como nota-se no trecho.

“Esta outra independência não tem Sete de Setembro nem campo de Ipiranga; não se fará num dia, mas pausadamente, para sair mais duradoura; não será obra de uma geração nem duas; muitas trabalharão para ela até perfazê-la de todo.” (ASSIS, 1873, p. 1)

A análise agora volta-se para a personagem de Damião. Este é um jovem inconformado com o destino que seu progenitor definiu para sua vida. A saída vislumbrada pelo jovem foi usar das relações de favor para escapar da vida eclesiástica. Ele, nessa situação de emergência, começa a avaliar quais poderiam ser seus possíveis aliados. Pela lógica, o seu principal aliado, para essa tarefa, seria o seu padrinho, João Carneiro, mas sabendo da influência que seu pai exercia sobre o padrinho molengão, surpreendentemente, Damião opta por pedir socorro a Sinhá Rita. Esta não tinha intimidade com o pai dele, porém o garoto desconfia da relação que existe entre ela e o padrinho e procura se aproveitar disso. A partir daí, o fracasso de sacristão executa o seu processo de manipulação das pessoas, entretanto, o momento crucial desse padreco no conto ocorre quando precisa decidir entre entregar a vara para Sinhá Rita castigar uma escrava e assim continuar tendo o auxílio dessa viúva, ou procurar apadrinhar a menina que, em parte, será castigada por culpa de uma piada dele que a fez rir.

A relação de dependência de Damião na narrativa é contraposta a relação vivenciada por Lucrécia, pois o jovem abastado depende do pai, do padrinho e até de uma viúva com quem não mantinha relações para poder definir o seu futuro. Já a negrinha não tinha nenhum padrinho e dependia exclusivamente da sua senhora. Seguindo essa linha de raciocínio, Carneiro só toma partido da causa do moleque por conta de interesse pessoal, pois não se sensibiliza nem um pouco com a agonia do afilhado, sua preocupação está na ameaça feita por Sinhá Rita de nunca mais vê-lo, logo fica clara a indiferença do eu em relação ao outro. Esse mesmo comportamento é verificado quando o rapaz fica dividido entre interceder por Lucrécia, para que esta escape de uma surra, e ter como consequência a perda do apoio da sua colaboradora. Portanto, o ato de ajudar a coitada da menina não irá lhe trazer nenhuma vantagem pessoal, de modo que o mancebo acaba por abandonar o seu propósito inicial de apadrinhá-la deixando clara a indiferença em relação ao sofrimento do próximo.

A menina escrava de 11 anos é uma personagem que expõe as condições de convivência do escravo naquela época. A criança é tratada como cria, ou seja, ela é igualada a um animal por Dona Sinhá Rita. O nome desta personagem já a identifica como uma das

dominadoras dentro do enredo da narrativa. A pequena Lucrecia dentro da estória cometeu o erro de achar graça de uma piada contada pelo fugitivo do seminário. Porém, o que fica mais evidente no tratamento oferecido à criança negra são os maus tratos sofridos, a subordinação total e a ausência de horizontes para o seu destino. Assis, de forma leve, ao descrever Lucrecia mostra que a menina era magricela (mal alimentada) e tinha uma cicatriz na testa e uma queimadura na mão. A partir disso é possível relacionar a escrava como cria (animal) de Sinhá Rita, pois aquela tinha uma queimadura na mão e uma cicatriz na testa que poderia ser uma marca intencional, como as que são aplicadas em animais para identificar o seu respectivo proprietário, ou para demonstrar os castigos físicos aplicados e, pior ainda, poderia ser as duas possibilidades anteriores em conjunto.

Uma análise dicotômica das duas personagens *Damião/Lucrecia* é possível quando observamos as possibilidades colocadas para as duas. Para o seminarista, apesar de ter fracassado na sua jornada de clérigo, é permitido pensar em outras alternativas para dar prosseguimento a sua vida já que era um seminarista ruim, poderia ser um bom advogado/médico e até mesmo um vagabundo. Já Lucrecia não tem nenhuma opção, o simples fato dela ter achado graça da galhofa de Damião não pode ser considerado como fato determinante para o seu insucesso na costura das almofadas. A menina poderia ser uma má costureira, ou não gostar de realizar aquele ofício, entre outras opções, mas isso nem passava pelo pensamento de Sinhá Rita, pois a única opção da escrava era realizar a tarefa dentro do prazo estipulado. Assis, nesse ponto, de forma bem irônica e astuta, apresenta a falta de perspectiva do escravo. Voltando a data de publicação do conto, 1891, Machado lembra aos seus leitores que a população escrava continua sem autonomia para definir o seu destino. O futuro do alforriado depende muito mais da visão do dominador do que da opção pessoal do dependente.

Seguindo essa linha de raciocínio, Jessé Souza afirma que a “Nossa forma de família, de economia, de política e de justiça foi toda baseada na escravidão.” (SOUZA, 2017, p. 28). Essa linha de pensamento não foi traçada apenas pelo dominador, mas principalmente por instituições (família/escola/governo...), com ênfase maior para a família patriarcal que continha toda a sociedade, desde os parentes consanguíneos, passando pelos dependentes e chegando aos escravos.

Gilberto Freyre ao tratar do patriarcalismo brasileiro, em *Casa Grande e Senzala* (FREYRE, 1957, p.17), também coloca a família como ponto central desse sistema nacional já que o Estado Português estava muito distante do território brasileiro, logo suas instituições

exerciam pouco poder na formação dessas relações quotidianas. Nesse sentido, ao se comparar a diferença entre o desenvolvimento do Brasil e o desenvolvimento registrado na Europa, nota-se que um dos elementos que acentuaram a disparidade entre essas duas regiões é o rompimento com o regime escravocrata realizado pelo lado europeu. O abandono da violência empregada na escravidão ajudou a conscientizar os europeus sobre a dor e o sofrimento, tanto alheio como o próprio. Com isso gerou-se um sentimento de distanciamento às formas de violência ao próximo, assim como uma consciência em relação aos direitos individuais, ou seja, uma noção de cidadania com compaixão, remorso, vergonha e culpa pelo mal infligido aos seus semelhantes.

Ao contrário do que aconteceu na Europa, o Brasil passou por um processo diferente que foi a naturalização do racismo. Esta conhece os direitos do próximo, mas, a depender das relações de poder, o trata como um inferior social. Esse tipo de raciocínio quebra a ideia de seres semelhantes e, infelizmente, esse tipo de pensamento foi o que prevaleceu em nosso país, como foi bem exemplificado por Machado de Assis nas diferenças de possibilidades entre Damião e Lucrécia. Logo, as relações de favor foram o ponto central para formação das relações sociais brasileiras. Não havia instituições intermediárias para se contrapor ao paternalismo excludente e nem poder moral independente, o Senhor era a autoridade máxima sem limites de atuação, pois a Igreja acabava por chancelar as regras da casa-grande.

Prosseguindo com a análise volta-se novamente a Freyre, que coloca o sadismo como uma característica brasileira. O autor analisou esse fator da seguinte forma:

“A verdade, porém, é que nós é que fomos os sadistas; o elemento ativo na corrupção da vida de família; e moleques e mulatas, o elemento passivo. Na realidade, nem o branco nem o negro agiram por si, muito menos como raça, ou sob a ação preponderante do clima, nas relações de sexo e de classe que se desenvolveram entre senhores e escravos no Brasil. Expressiu-se nessas relações o espírito do sistema econômico que nos dividiu, como um Deus todo-poderoso, em senhores e escravos. Dele se deriva a exagerada tendência para o sadismo característica do brasileiro, nascido e criado em casa-grande principalmente em engenho; e a que insistentemente temos aludido neste ensaio. Imagine-se um país com os meninos armados de faca de ponta! Pois foi assim o Brasil do tempo da escravidão.” (FREYRE, 1957, p. 361)

Permanecendo nessa linha de pensamento, o autor continua:

“Não há brasileiro de classe mais elevada, mesmo depois de nascido e criado, depois de oficialmente abolida a escravidão, que não se sinta aparentado do menino Brás Cubas na malvadez e no gosto de judiar com negros. Aquele mórbido deleite em ser mau com os inferiores e com os animais é bem nosso: é de todo o menino brasileiro atingido pela influência do sistema escravocrata.” (FREYRE, 1957, p. 354)

O pensamento a respeito de sadismo de Freyre foi retratado por Machado em um trecho de *Memórias póstumas de Brás Cubas* e representa bem como o racismo foi culturalizado e como seus valores foram se transmitindo dentro da educação familiar:

[...] um dia quebrei a cabeça de uma escrava, porque me negara uma colher de doce de coco que estava fazendo, e, não contente com o malefício, deitei um punhado de cinza ao tacho, e, não satisfeito da travessura, fui dizer a minha mãe que a escrava é que estragara o doce “por pirraça”; e eu tinha apenas seis anos. Prudêncio, um moleque de casa, era meu cavalo de todos os dias; punha as mãos no chão, recebia um cordel nos queixos, à guisa de freio, eu trepava-lhe ao dorso, com uma varinha na mão, fustigava-o, dava-lhe mil voltas a um e outro lado, e ele obedecia, – algumas vezes gemendo, – mas obedecia sem dizer palavra, ou, quando muito, um – “ai, nhonhô!” – ao que eu retorquia: – “Cala a boca, besta!” – Esconder os chapéus das visitas, deitar rabos de papel a pessoas graves, puxar pelo rabicho das cabeleiras, dar beliscão nos braços das matronas, e outras muitas façanhas deste jaez, eram mostras de um gênio indócil, mas devo crer que eram também expressões de um espírito robusto, porque meu pai tinha-me em grande admiração; e se às vezes me repreendia, à vista de gente, fazia-o por simples formalidade: em particular dava-me beijos.” (ASSIS, 2018, p. 25)

Encerrando a análise dessas duas personagens, nota-se que o conto “O Caso da Vara” está estruturado a partir da perspectiva de Damião e de Lucrecia. O drama dos dois se inter-relaciona. Ao mesmo tempo e no mesmo ambiente em que o rapaz sofre com a incerteza do seu futuro, ele também se diverte, já a criança é impedida de rir, forçada a trabalhos servis e

ainda é castigada fisicamente. Logo, a naturalização do racismo é um fato social da época e ocorria em paralelo com as relações paternalistas. Interessante notar que o autor de *Memórias Póstumas* não usou estratégias literárias para amenizar esse hábito social, pois o leitor menos atento é capaz de visualizar essa imagem no decorrer da narrativa.

Nesse ponto, o estudo se direciona para as personagens do conto *O Pai contra a Mãe*, mais especificamente nas personagens de Cândido Neves e de Arminda, uma escrava grávida fugitiva. Dentre as narrativas elaboradas por Assis, essa é a que mostra a face mais cruel da escravidão. O contexto da estória também se dá no Rio de Janeiro, antes da abolição dos escravos, porém Machado escreveu esse conto dez anos após o fim “oficial” da escravidão. O autor nesse conto apresenta um pouco da realidade dos escravos da época através da personagem de Cândido Neves. Este era um cara que não gostava de trabalhar e que não tinha habilidade para nenhum ofício. Depois de mostrar a sua incompetência em vários trabalhos, ele decide se tornar caçador de escravos, trabalho remunerado que existia em meados do séc. XIX.

A narrativa inicia com a apresentação de alguns instrumentos utilizados para aplicação de castigos físicos cruéis aos escravos, como a máscara de folha de flandres, instrumento de ferro preso com cadeado na cabeça dos escravos e com pequenos buracos para permitir a visão e a respiração deles, no entanto uma das principais finalidades dessa máscara era impedir que o preso ingerisse bebida alcoólica. Outro ponto importante desse conto é o fato da estória ser narrada no tempo presente contando uma situação ocorrida há 50 anos, isso deixa clara a intenção de Machado abordar a escravidão praticada antes da abolição, até porque ao mencionar as ferramentas de tortura, o autor informa, de forma irônica, que estas foram algumas das invenções inutilizadas com o fim da escravidão ao lado do ofício de caçador de escravos.

Esse trabalho é colocado como uma atividade de pouco valor, mas a ironia é empregada novamente, pois a finalidade dessa função era manter a ordem e o direito de propriedade, no caso a coisa humana (escravo). Além disso, Machado desdenha da função ao colocá-la como um trabalho que não exige nenhuma habilidade de quem o executa e também a considera uma atividade sem nobreza, apesar de ser utilizada para confirmar o poder dos nobres. O cargo de caçador de escravos pode ser visto como uma forma de desumanização do ser humano, devido ao fato de ser praticado contra pessoas de realidades bem parecidas com as do capitão do mato, ou seja, pobres sem função definida na sociedade. Complementando a

análise dessa atividade laboral, é possível inferir que, além de não exigir conhecimentos elaborados do caçador, o malvado precisava ter pré-disposição para ações violentas.

Abrindo novamente um parêntese para a análise de Souza sobre a constituição de nossa sociedade, o sociólogo afirma o seguinte:

“No nosso caso, as classes populares não foram abandonadas simplesmente. Elas foram humilhadas, enganadas, tiveram sua formação familiar conscientemente prejudicada e foram vítimas de todo tipo de preconceito, seja na escravidão, seja hoje em dia.” (SOUZA, 2017, p. 54)

Nota-se que o comportamento do capitão do mato é estimulado, primeiramente, pelo retorno financeiro e depois pela sensação de estar mantendo a ordem, mesmo que isso acarrete na imposição de maus tratos a um “semelhante”, não tão semelhante, pois os cativos eram vistos como mercadorias e os caçadores tinham a orientação de não aplicar severos castigos aos fugitivos, porque trabalhador machucado não produz o esperado. Dentro dessa relação de dependência, Neves é objeto de manipulação dos Senhores, mas também é guiado pela necessidade que bate a sua porta para manter a sua família que acaba de aumentar com o nascimento do seu filho. Outro ponto importante é o estamento social vigente na época, mais especificamente na relação entre os homens libertos e os escravos. Aqueles faziam de tudo para não serem equiparados aos acorrentados da escravidão, pois isso seria uma forma de humilhação e rebaixamento. Seguindo essa lógica, Cândido coloca que a culpa de Arminda ser castigada é da própria escrava e de mais ninguém, pois ela engravidou e fugiu, logo as agressões sofridas pela grávida fugitiva estão justificadas pelo mau comportamento da azarada cativa. O Senhor ilude os caçadores de escravos com a premissa de que eles estão fazendo um serviço de manutenção da ordem e da propriedade, o que, em tese, os aproximariam socialmente da classe de prestígio carioca da época.

Analisando a descrição que Machado faz sobre os anúncios feitos, na época, para avisar a fuga dos escravos com promessas de recompensas para quem os recapturassem, percebe-se que os negros fujões não eram tidos como integrantes da sociedade, sendo rebaixados à categoria de sub-humanos, o que autorizava o tratamento cruel que recebiam. O fato da função de caçador de fugitivos ter existido reforçou a continuidade da escravidão e a sua naturalização através dos comportamentos sociais como o comércio, caça e até a inclusão dos cativos como bens de inventário.

As consequências dessa atividade de caça foram mais absorvidas pela personagem de Arminda. O trabalho manual quando executado por homens livres aproximava estes dos escravos, mas as atividades de açoitamento os distanciavam. A moça grávida resolve fugir para que seu filho não tivesse a mesma má sorte dela e se tornasse mais um escravo. Nesse caso, a escrava retrata a situação do dependente que deseja e age para mudar o seu destino, porém dentro de um cenário no qual as opções aprovadas socialmente para os negros não são as desejadas. O pai e a mãe dessa história dividem uma situação em comum, ambos não possuem condições mínimas de criarem seus filhos e dentro desse contexto travam uma luta que não foi criada por eles, mas que a culturalização da escravidão reservou para os dois papéis inglorios de atuação.

A captura da fugitiva, da forma como foi descrita, mostra a crueldade do sistema escravocrata, pois Arminda é arrastada em via pública mesmo estando grávida e clama por socorro, mas ninguém da sociedade intercede por ela. Machado apresenta as mazelas da escravidão como a interpretação de que um escravo fujão era motivo de desestabilização social, pois este comportamento contraria a ordem social e ainda trás prejuízos ao seu dono por deixar de produzir como deveria. O sofrimento da personagem é, genialmente, demarcado pelo Bruxo do Cosme Velho, pois ele coloca no roteiro da busca da escrava, as passagens de Cândido Neves pela Rua do Parto (ela estava grávida e o filho do caçador acabara de nascer) e pela Rua da Ajuda (ela precisava se salvar e ele precisava encontrá-la), mas depois de capturada a moça é arrastada pela Rua dos Ourives (ela seria trocada por cem conto de réis, valor da recompensa) e por fim na Rua da Alfândega (local onde os negros eram desembarcados dos navios negreiros), ou seja, a esperança de um futuro novo e diferente do passado de sofrimento sucumbe e a escrava retorna para a vida de servidão.

Magistralmente, Assis dá um final para esse conto, porém os desejos dos protagonistas estão contrapostos e, logo, o que sai vencedor é a necessidade de manutenção do sistema escravocrata. Nesse sentido, Cândido Neves consegue receber a recompensa pela captura de Arminda e, conseqüentemente, não precisa mais entregar seu filho para doação na roda dos enjeitados, pois agora tem recursos provisórios para criá-lo. Já a escrava continua sendo escrava com um agravante horrível, que foi a perda do seu filho após os castigos sofridos durante a sua prisão. Schwarz coloca que:

“Os escravos estavam submetidos a um tipo de dependência na qual havia o castigo físico e a condição de propriedade, sendo que esta os deixava sempre

sob a ameaça de transações de compra e venda e, por conseguinte, diante da possível ruptura de laços de família e comunidade.”

Foi exatamente o que aconteceu com a escrava, ela sofreu com a violência e teve seu laço familiar rompido com o aborto da criança, mas nem a sobrevivência do feto iria garantir a manutenção da sua família, posto que esta criança, além de ser seu filho, também seria um bem do seu Senhor e como tal poderia ser vendido ou trocado. Percebe-se com isso que a condição do escravo, mais do que a dos demais dependentes da trama, está totalmente vinculada à vontade do dominante. Mais uma vez a escravidão é naturalizada. Outro exemplo desse processo é a fala final do conto, na qual o narrador tenta relativizar o aborto de Arminda e se eximir do sentimento de culpa, Neves faz a seguinte declaração:

“- Nem todas as crianças vingam, bateu-lhe o coração.” (ASSIS, 1906, p. 9)

Através da abordagem, contida neste artigo, é possível constatar o quanto Machado refletiu sobre a escravidão nas suas obras, apesar de, na maioria das vezes, esse tratamento ser feito de forma não tão contundente. Esse tom mais brando da sua escrita sobre o assunto levou alguns críticos da sua obra a acusarem ele de não ser sensível ao tema, que deveria ser-lhe muito caro pelo fato do autor ser descendente de escravos. Um dos motivos dessa análise, um tanto quanto velada, deve-se ao fato de Assis ter publicado a maioria das suas obras em folhetins/jornais que tinham como público leitor uma sociedade escravocrata, ou numa análise mais otimista, uma sociedade que ainda não compreendia o tamanho da injustiça social que era a escravidão. Dessa forma, não era aconselhável que o autor de Dom Casmurro criticasse o regime escravocrata e, conseqüentemente, as pessoas que se beneficiavam do regime, pois estes, na sua grande maioria, era o principal público leitor do veículo de comunicação no qual ele publicava.

Porém, essa atmosfera negativa para retratar a questão escravista não foi capaz de inibir a mente genial de Machado. Reconhecendo o cenário no qual estava inserido, o autor imprimiu uma dupla leitura nas suas obras, pois os leitores liam suas narrativas, visualizavam os escravos e os maus tratos infringidos a estes, mas não identificavam a crítica silente feita contra aqueles apreciadores da literatura brasileira. Utilizando-se do sarcasmo e da ironia, Assis conseguiu mascarar sua aversão ao racismo de forma educada/culta e “suave”. Outro ponto importante que deve ser considerado é o fato do poeta também ter sido discriminado

por alguns dos seus pares do campo literário. Isso fica claro em alguns escritos indecorosos de Lúcia Miguel Pereira e de Silvio Romero sobre a obra machadiana e principalmente sobre o autor. A primeira informa que:

“Para bem compreendê-lo é preciso não esquecer daquilo que procurou ocultar: da sua origem escura, da sua mulatice, da sua feiúra, da sua doença – do seu drama enfim.” (Machado de Assis – Estudo Crítico e Biográfico, p. 17).

Nota-se que a crítica feita a Machado era extremamente racista e discriminatória, porque começa fazendo referência a sua origem (descendente de escravos), depois se atém aos traços fenotípicos, não sendo os preconceitos anteriores suficientes passa a questionar a sua beleza e por fim indaga sua sanidade mental, pura e simplesmente, pelo fato de Machado sofrer de gagueira. Contudo, como colocado anteriormente, Lúcia Pereira não foi a única a cometer ofensas discriminatórias contra Assis, pois Romero foi outro desarrazoado que seguiu pelo mesmo caminho, porém de forma menos agressiva e mais crítica a obra de Assis, como é observável no trecho a seguir:

“É mister ir mais além: descortinar o homem atrás do livro e a sociedade através do homem. Cada escritor é um centro de força, além de uma resultante; como centro de força, age como causa e fator de diferenciação e progresso; como resultante, é um efeito de um meio dado, de um grupo social e deve refletir as qualidades do agregado a que pertence.” (Silvio Romero – História da Literatura Brasileira - p. 79).

Essa afirmação de Romero mostra a crítica à obra machadiana por considerá-la distante do caráter nacional, mas por outro lado deixa transparecer o incômodo com a origem social do poeta realista, que era agregado e descendente de escravos. Portanto, fica claro que Machado sentiu o preconceito na própria pele, ele o enfrentou no seu cotidiano e nem o fato de ser um homem de letras de reconhecido talento foi suficiente para afastá-lo das ações discriminatórias. Entretanto, ao analisar esse contexto no qual o poeta estava imerso e, principalmente, observar algumas personagens da sua obra fica impossível de afirmar que ele não refletiu sobre a escravidão de forma ampla, pois Assis lançou olhar para as perspectivas dos escravos sem deixar de retratar as maldades praticadas pelos ocupantes da classe de

prestígio do País. Schwarz e Chalhoub observam essa característica machadiana de formas diferentes, mas em uma análise mais acurada essas duas visões não se opõem e sim se complementam. O primeiro ver que as relações paternalistas geravam um incômodo no autor. Logo, uma estratégia de Assis, pela ótica de Schwarz, foi criar uma lógica para os comportamentos dos dominadores e, ao mesmo tempo, colocar a situação dos agregados. O segundo já pensa um pouco diferente, pois considera que o artista de *Memórias Póstumas* utilizou a situação de dependência da camada social menos privilegiada para estruturar suas histórias o que também é possível de se interpretar.

Portanto, atendo-se apenas a complexidade das narrativas e das personagens observadas neste artigo, de forma alguma é possível compartilhar do pensamento que Machado de Assis tenha se omitido de refletir/retratar a questão escravocrata do nosso País. Muito pelo contrário, deve-se reconhecer a sua maestria para tratar desse tema de forma genial, irônica, audaz, pacífica e crítica, pois se muitos dos seus leitores soubessem que o poeta era negro, este simples fato já seria suficiente para desqualificar a sua obra, como alguns tentaram, e quiçá calar suas ideias.

REFERÊNCIAS:

ASSIS, Joaquim Maria Machado de. *Instinto de Nacionalidade* - Notícia da atual literatura brasileira. São Paulo: Agir, 1959. p. 28 - 34:.. (1ª ed. 1873).

ASSIS, Joaquim Maria Machado de. *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. 2ª ed. São Paulo: Ciranda Cultural, 2018.

ASSIS, Joaquim Maria Machado de. *Iaiá Garcia*. 1878. - http://machado.mec.gov.br/obra-completa-lista/item/download/17_bff5cb6c81c213a22c492d69505ac411 - acessado em 15/03/2019.

ASSIS, Joaquim Maria Machado de. *O Caso da Vara*. 1891. - http://machado.mec.gov.br/obra-completa-lista/item/download/25_fcddef9a9bd325ad2003c64f4f4eb884 – acessado em 20/03/2019.

ASSIS, Joaquim Maria Machado de. *Pai contra a Mãe*. 1906. - http://machado.mec.gov.br/obra-completa-lista/item/download/24_938f74988ddbf449047ecc5c5b575985 - acessado em 20/05/2019.

CANDIDO, Antonio – *Dialética da Malandragem*. 1970. - <http://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/69638/72263> - acessado em 10/04/2019.

CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis Historiador*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & Senzala*. 42. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

MURICY, Katia. *A Razão Cética – Machado de Assis e as Questões do seu Tempo*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SCHWARZ, Roberto. *Ao Vencedor as Batatas*. 5ª. ed. São Paulo: Editora 34 Ltda, 2000.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão*. 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1999.

SOUSA, Jessé. *A Elite do Atraso*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Leya, 2017.